

Coleção Neisf Educacional 

Vivian da Veiga Silva
Anderson Luís do Espírito Santo
Douglas Josiel Voks
Organizadores

Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-coloniais
Anais do I Simpósio de Gênero e Desigualdades

Realização



Apoio Financeiro



Coleção Neisf Educacional

Copyright © by autores e NEISF

Direitos autorais reservados de acordo com a Lei 9.610/98

Coordenação Editorial: Vivian da Veiga Silva

Edição, diagramação e revisão: Lenita Maria Bernardo Estra Mendes, Naitielly Soria de Moraes, Douglas Josiel Voks e Anderson Luís do Espírito Santo.

Ilustração da Capa: Hemilly Ariane de Arruda Moreira - @ilustra_hemilly

Comissão Organizadora do I Simpósio de Gênero e Desigualdades: Vivian da Veiga Silva; Anderson Luís do Espírito Santo; Douglas Josiel Voks; Paula Faustino Sampaio; Aparecido Francisco dos Reis; Losandro Antonio Tedeschi.

Comitê Científico do I Simpósio de Gênero e Desigualdades: Catia Paranhos Martins; Eliany Salvatierra Machado; Flávia Pedrosa de Camargo; Gabriel Luis Pereira Nolasco; Karina Bidaseca; Keith Diego Kurashige; Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva; Marisa de Fátima Lomba de Farias; Milton Augusto Pasquotto Mariani; Nathália Eberhardt Zieolkowski.

Núcleo de Estudos de Inovação Social da Fronteira (NEISF)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal

Avenida Rio Branco, 1270 UFMS/CPAN - Unidade 1, Bloco 10/J - Universitário,

CEP: 79.304-902 - Corumbá-MS.

Site: <https://obisfron.com.br/> Instagram: @neisf.ufms

E-mail: nucleoneisf@ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Even3 Publicações, PE, Brasil)

A532 Simpósio de Gênero e Desigualdades: Vozes e pensamentos decoloniais e pós-coloniais (1.: 2025 : Corumbá, MS)

[Anais do]... I Simpósio de Gênero e Desigualdades: Vozes e pensamentos decoloniais e pós-coloniais [Recurso digital] / Organização de Vivian da Veiga Silva, Anderson Luís do Espírito Santo, Douglas Josiel Voks. – Corumbá: NEISF/OBISFRON/UFMS, 2025.

ISBN 978-65-272-1210-2

1. Gênero - Simpósio. 2. Desigualdade. 3. Diversidade. I. Núcleo de Estudos de Inovação Social da Fronteira (NEISF). II. Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON). III. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

CDD 305



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização



Parcieiros



Apoio



EPISTEMOLOGIA FEMINISTA: NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER SOCIOLOGIA

Aline Ramos Barbosa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
(IFRO), alinerbarbosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

[...] Teorias sociais justificam ou contestam as ordens sociais vigentes. Dentro desse universo da teoria social, a teoria social crítica tanto explica quanto critica as desigualdades sociais vigentes com o olhar para a criação de possibilidades de mudança. Em outras palavras, teorias sociais críticas visam reformar o que está posto com a esperança de transformá-lo em algo diferente. (Collins, 2022, p. 17)

A sala de aula é um momento de encontro entre alteridades. Docentes e discentes ali se encontram para tentar elaborar o processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, é consenso que a educação é considerada como uma via de mão dupla, cujo principal acontecimento é o encontro entre os mundos de docentes e de discentes – assim sendo, quando se ensina, se aprende.

Ao mesmo tempo, o planejamento de uma aula é um projeto de pesquisa (ou projeto prático sobre a tentativa de tornar esse encontro de alteridade positivo, considerando as normativas que regulamentam esse processo de educação formal). Sendo assim, a preparação pedagógica do corpo docente diz respeito às elaborações de estratégias para o métier da profissão. Ou seja, se por um lado a sala de aula é a prática cotidiana de encontro entre dois mundos distintos, por outro, a preparação anterior envolve projetos, expectativas e planejamentos sobre as melhores táticas para a sala de aula.

Nesse sentido, tanto o bacharelado quanto a licenciatura em Ciências Sociais desempenham papéis essenciais para a formação do professor. O bacharelado proporciona a aquisição do raciocínio científico, fundamental para a elaboração do projeto de plano de aula. Já a licenciatura destaca a dimensão do “ser professor”, incorporando discussões pertinentes de outras áreas, como a psicologia da educação, estrutura e funcionamento do ensino, políticas públicas educacionais, didática etc. No entanto, por mais que uma habilitação possa ser complementar a outra, o que percebemos na história do Brasil é um favorecimento à formação em bacharelado e a ausência da obrigatoriedade da disciplina Sociologia no ensino médio.

Considerando a Sociologia no ensino médio, temos a obrigatoriedade conquistada recentemente (Parecer CNE/CEB 38/2006 e Lei n. 11.684/2008), porém, enfrenta atualmente desafios consideráveis devido à reforma proposta para o novo ensino médio. No entanto, é essencial considerar a análise de Moraes (2010), pois, ao contrário do argumento comum, a questão da obrigatoriedade ou não da Sociologia no ensino médio está mais diretamente associada à formação dos cursos de graduação em Ciências Sociais com enfoque em pesquisa



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização



Parceiros



Apoio



(bacharelado) e menos aos períodos democráticos ou de exceção democrática na história política do Brasil.

Embora, apesar da ausência de um interesse inicial em investimento nas licenciaturas em Ciências Sociais, a área da Sociologia criou em suas especialidades o debate sobre educação. Desta maneira a:

Sociologia da Educação se constitui a partir de modelos teóricos e metodológicos originados pela disciplina científica da Sociologia, em conexão com a área de Educação. Toma por objeto a educação, um fenômeno social amplo que costuma ser delimitado em sua ocorrência em sistemas formais de ensino. Por isso, historicamente, a Sociologia da Educação foca processos de escolarização e, contemporaneamente, avança na exploração de relações sociais em espaços educacionais não formais. (Brunetta *et al.*, 2020, p.389)

Sendo assim, a Sociologia da Educação tem uma perspectiva teórica e uma prática. Nessa área, discutem-se conceitos e teorias sobre educação em conexão com a sociedade. E é por meio da Sociologia da Educação que se obtém suporte para a formação de docentes em diversas áreas, incluindo os professores de Sociologia no ensino médio.

QUESTÕES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA – DO DEBATE CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO

A Sociologia nasce como ciência no século XIX. Embora reflexões sobre a sociedade já existissem anteriormente, foi apenas nesse período que essas ideias foram sistematizadas e elevadas ao status de ciência.

Comentadores sobre esse início da Sociologia Giddens (2008), Turner (2000) e Quintaneiro *et al.*, (2008), apontam para união de contextos históricos e intelectuais como: a revolução industrial que alterou drasticamente as relações sociais na Inglaterra e posteriormente no mundo, pelas alterações nas relações de trabalho e na sociabilidade dos indivíduos. As revoluções burguesas e o Iluminismo também alteram a percepção e as formas de conhecimento, considerando a razão como baliza para a produção de conhecimento humano.

Nesse aspecto, tornou-se inevitável que a categoria trabalho se apresentasse como essencial nas discussões sociológicas. Segundo Antunes (2009), a categoria trabalho ainda é central na formação da sociedade contemporânea. Dessa forma, as discussões relacionadas ao trabalho estão presentes nos autores que chamamos de clássicos da Sociologia tais como: Marx, Durkheim e Weber.

Durkheim relaciona diretamente a capacidade da sociedade de se manter unida com a divisão social do trabalho. Em outras palavras, para Durkheim, é a natureza do trabalho e sua distribuição na sociedade que determina a continuidade da convivência das pessoas em sociedade, devido ao tipo de solidariedade que elas desenvolvem entre si. Para sociedades mais



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização



Parceiros



Apoio



simples, a consciência é simples e o tipo de solidariedade é mecânica. Já para sociedades mais complexas, o tipo de consciência é complexo e a solidariedade é orgânica, visto que:

[...] A condensação da sociedade, ao multiplicar as relações intersociais, leva ao progresso da divisão social do trabalho. À medida que se acentua a divisão social do trabalho social, a solidariedade mecânica se reduz e é gradualmente substituída por uma nova: a *solidariedade orgânica* ou *derivada da divisão social do trabalho* [...] (Quintaneiro *et al.*, 2009, p. 80).

Dessa maneira, é possível afirmar que, sem o trabalho não haveria sociedade na forma como a conhecemos na modernidade. Weber também tem o trabalho e o capitalismo como temas importantes em seus estudos. Diferentemente de Marx que considera o acúmulo primitivo do capital como pedra fundamental para o surgimento e desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, Weber considera também outras explicações, como a relação com a religião, ao indicar outra possibilidade além da interpretação materialista:

[...] complementando-a com outras vias de interpretação, nesse caso, a relação entre uma ética religiosa e os fenômenos econômicos e sociais, ou melhor, os tipos de conduta ou de modos de agir que possam ser mais favoráveis a certas formas de organização da esfera econômica e a uma ética econômica [...] (Quintaneiro *et al.*, 2009, p.137).

Marx, como mencionado acima, preocupa-se com a questão da história material do surgimento do capitalismo e analisa a história da sociedade através da perspectiva da luta de classes e do conflito como motor da história da humanidade. Mas, algo importante a destacar aqui é que os indivíduos não estão conscientes de que história, devido à conjuntura histórica e de fatores construídos socialmente que relembram os trabalhadores à alienação:

O fundamento da alienação, para Marx, encontra-se na atividade humana prática: o trabalho Marx faz referência principalmente às manifestações da alienação na sociedade capitalista. Segundo ele, o fato econômico é o “estranhamento entre trabalhador e sua produção” e seu resultado é o “trabalho alienado cindido” que se torna independente do produtor, hostil a ele, estranho, poderoso e que, ademais, pertence a outro homem que o subjuga – o que caracteriza uma relação social. (Quintaneiro *et al.*, 2009, p. 50)

Sendo assim, o trabalho é essencial para a explicação de Marx sobre a dinâmica da vida social. Além disso, a compreensão do processo de expropriação do trabalhador e a perspectiva de transição da classe-em-si para a classe-para-si, onde a consciência política possibilita a emancipação, são aspectos essenciais. É por meio dessa conscientização que a teoria marxista fundamenta suas posições políticas e elabora possibilidades de transformação no sistema capitalista.

Todavia, embora o pensamento cânone na Sociologia seja muitíssimo importante (Castro, 2022), e, por isso mesmo, tenha sido classificado como “clássico” e referência para quaisquer estudos em Sociologia, autores como Aníbal Quijano, Gayatri Spivak, Lélia Gonzalez, Silvia Federici, María Lugones e Carla Akotirene nos fornecem elementos teóricos para entendimento de outras questões e, quiçá, podem servir de base para um novo recorte



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização



Parceiros



Apoio



epistemológico dentro da Sociologia produzida fora do eixo cânone ocidental europeu, com reflexões não-brancas e não-ocidentais, que partem da história dos povos colonizados e de suas realidades concretas distintas das já discutidas pelos autores clássicos.

Considerando o aspecto teórico e prático da Sociologia, como supracitado, podemos pensar as desigualdades sociais e os demarcadores sociais da diferença como elementos que podem ser adicionados positivamente no encontro de alteridades que é a sala de aula. Na presente reflexão, abordaremos as relações de poder na construção do conhecimento e, diante de uma perspectiva que reconhece a não-neutralidade da ciência e da prática educacional, e como podemos posicionar as diferenças e o diálogo entre as realidades por vezes díspares entre docentes e discentes.

QUESTÃO RACIAL E PERSPECTIVA DECOLONIAL

A modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991, p. 11). Dessa maneira, assim como o capitalismo e as relações de trabalho, a Sociologia debruça-se sobre a modernidade e seus efeitos. Juntamente com as mudanças ocorridas na Europa durante as revoluções burguesas – Revoluções Inglesas do século XVII, Revolução Francesa e Revolução industrial – a formação dos Estado-nação possibilitou a empresa das grandes navegações, cuja consequência imediata foi o contato com novos povos e a exploração de metais preciosos nas Américas. Isso resulta em dois desdobramentos importantes para nossa discussão aqui: a produção de conhecimento sobre esses novos povos, com o objetivo de subjugar-los; e o acúmulo primitivo do capital, que financiou a revolução industrial, a princípio, circunscrita à Inglaterra.

O conhecimento sobre os novos povos começou a ser construído diante de uma perspectiva eurocêntrica e com justificativas que adicionaram às relações de dominação a justificativa racial:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus [...]. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2005, p. 107-108)

Dessa maneira, na divisão social do trabalho e nas relações trabalhistas do início do capitalismo, a raça passou a ser um elemento determinante para o local que o trabalhador ocuparia e qual seria a sua legitimidade em receber salário e melhores condições de trabalho. A princípio, os indígenas foram escravizados e depois a mão-de-obra escrava negra compôs o



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização

Parceiros

Apoio



plantation, principal forma de estruturação da sociedade e economia na América Espanhola e Portuguesa, como colônias de exploração.

Essas relações de trabalho, exploração, raça foram articuladas e produziram identidades que se tornaram mundiais:

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominantes – os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (Quijano, 2005, p. 108-109)

E outras formas de controle foram desenvolvidas:

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (Quijano, 2005, p. 109)

Contudo, essa reflexão foi possível apenas do ponto de vista do pensamento dentro do mundo colonizado pelos europeus. Essa perspectiva se revela como um esforço de construção de uma história e explicações teóricas próprias dos povos colonizados e explorados, também como uma forma de resistência à colonização, que se mostrou também uma forma de impor cultura, dinâmicas e formas de conhecimento produzidas no além-mar – ou seja, uma perspectiva decolonial.

FEMINISMO COMO UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

Além das questões ligadas à perspectiva dos povos colonizados, podemos adicionar à discussão sobre o trabalho e modernidade a presença das mulheres e como suas histórias foram silenciadas, não sendo consideradas em suas particularidades em relação ao trabalho. Segundo Spivak, é necessário nos atentarmos em como as narrativas históricas são construídas:

Como as narrativas históricas são construídas? Para se conseguir algo parecido com uma resposta a essa pergunta, farei uso das noções de escritura e de leitura em seu sentido mais geral. Produzimos narrativas e explicações históricas transformando o *socius*, onde nossa produção é escrita, em bits – mais ou menos contínuos e controlados – que são legíveis. Como essas leituras emergem e qual delas será legitimada são questões que têm implicações políticas em todos os níveis possíveis. (Spivak, 2019, p. 251-252)



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização



Parceiros



Apoio



Como os clássicos nos ensinam, sobretudo Weber em sua discussão sobre a neutralidade científica e sua abordagem metodológica de tipos ideais – os temas e conceitos em Sociologia são recortes que os autores fazem da realidade, eles não existem por si próprios. Dessa maneira, para Spivak (2019), a relação de poder é importantíssima na construção de teorias, uma vez que:

Esquecemos, para nosso próprio prejuízo, que deslocamos do pré-texto a escritura de nosso desejo de legitimação, a qual só se pode alcançar sendo “nominalista, sem dúvida: o poder não é uma instituição, não é uma estrutura; tampouco é certa força com a aquela alguém é investido; ele é o nome que se dá a uma complexa situação estratégica em uma sociedade específica” para que essa escritura possa ser lida. (Spivak, 2019, p. 252-253)

E, assim sendo, é possível analisar que o recorte de classe é tão abstrato – ou mais, conforme Spivak (2019) – do que qualquer outro recorte analítico da sociedade:

De todos os instrumentos para se desenvolver histórias alternativas – gênero, raça, etnicidade e classe –, este último com certeza é o mais abstrato. Apenas quando nos esquecemos disso podemos descartar a análise de classes como essencialista. (Spivak, 2019, p. 253)

Cabe, então, a reflexão: quais as relações de poder estão intrínsecas nas concepções canônicas da Sociologia? Seria possível um outro tipo de produção que leve em consideração as experiências locais, a autoria feminina e, dessa maneira, uma nova guinada epistemológica também com o feminismo branco ocidental (Paredes, 2020)? A hipótese aqui debatida é que as mudanças sociais se tornaram tão diversas que para a Sociologia abarcar parte da realidade, é necessário que ela se afaste do cânone e direcione seu olhar também para uma produção feminista e decolonial.

INTERSECCIONALIDADE E EDUCAÇÃO

Segundo a análise de Patrícia Hill Collins, depois de alguns acontecimentos na história recente como o final da Guerra Fria, a derrota do *apartheid* na África, o movimento global de mulheres e o engajamento pelos direitos civis em democracias multiculturais, houve uma onda de esperança sobre algo melhor. E a perspectiva em relação à compreensão das conexões e relações complexas entre pessoas passou por transformações significativas devido à influência da interseccionalidade:

[...] como discurso, a interseccionalidade agrupa ideias oriundas de lugares, tempos e perspectivas distintas, possibilitando que pessoas compartilhem pontos de vista outrora proibidos, ilegais ou simplesmente ocultados. No entanto, como ideias por si só não promovem mudanças sociais, a interseccionalidade não é apenas um conjunto delas. Acima de tudo, por se referirem à ação social, as ideias da interseccionalidade têm consequências no mundo social” (Collins, 2022, p. 14).



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização



Parceiros



Apoio



Dessa maneira, considerando a interseccionalidade como teoria social crítica – fazendo alusão à epígrafe deste capítulo – a interseccionalidade tem impacto na maneira de explicar o mundo e também na forma como se intervém no mundo. Assim sendo, a sala de aula e o espaço da educação podem ser um ambiente privilegiado para a práxis interseccional, dado que é reconhecida a importância de promover o encontro entre alteridades oriundas de diversas realidades sociais e caracterizadas por diversos marcadores sociais da diferença.

De acordo com Bel Hooks (2017), a pedagogia pode ser engajada e a educação precisa ser entendida como uma “prática da liberdade”. Sendo assim, a autora dialoga com Paulo Freire, na tentativa de pensar a educação como algo alternativo à “educação bancária”, definida por Paulo Freire e utilizada por Bel Hooks.

Considerando ainda o argumento inicial deste texto de que o encontro em sala de aula é um encontro de alteridades, pensar nas realidades do corpo discente como maneira de incorporar as experiências de trajetórias distintas no processo de ensino-aprendizagem é fundamental para que essa prática seja exitosa.

Como discutido acima, outras formas além da canônica nas Ciências Sociais podem contribuir para uma nova maneira de enxergar o mundo e, diante disso, de produzir o conhecimento. Visando assim, uma valorização de conhecimento também produzido por subalternos, classes trabalhadoras, negros, indígenas, mulheres e toda diversidade de sujeitos que resistem fora do padrão homem-branco-cis-hétero-rico.

Como lócus de encontro de alteridades, a sala de aula necessita reconhecer outras formas de produção de conhecimento e, dessa forma, a Sociologia no ensino médio tem como objetivo a formação crítica e cidadã do estudante. Ao passo que a Sociologia da Educação pode fornecer recursos para a problematização das desigualdades sociais e das formas de conhecimento, transformando-se também em uma prática educativa que amplia seus horizontes para além do cânone.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais – coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANZALDÚA, G. “**La conciencia de la mestiza/Rumo uma nova consciência**”. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

BRUNETTA, A. A.; BODART, C. N.; CIGALES, M. P. (Org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.



Gênero e Desigualdades

1º Simpósio de Gênero e Desigualdades:
Vozes e Pensamentos Decoloniais e Pós-Coloniais

Corumbá
12 a 14
Março
2025

Realização



Parceiros



Apoio



CASTRO, C. (Org.). **Além do cânone:** para ampliar e diversificar as ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias:** interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GONZALEZ, L. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LUGONES, M. **“Rumo a um feminismo decolonial”.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sociologia:** ensino médio. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Amaury César Moraes. Coleção Explorando o Ensino, v. 15. Brasília: 2010.

PAREDES, J. **“Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental”.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

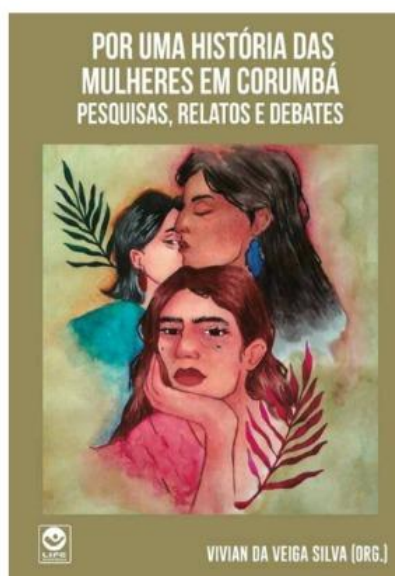
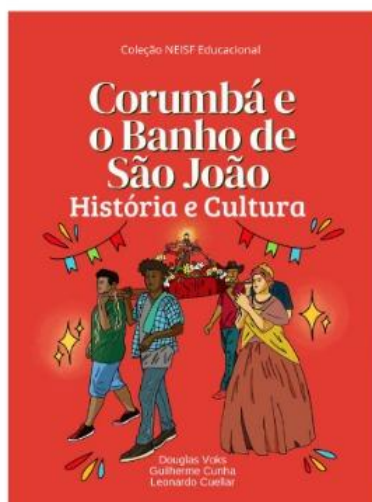
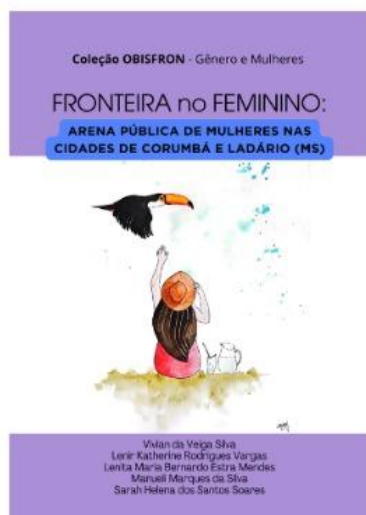
QUIJANO, A. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”.** Colección Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINTANEIRO, T. *et al.* **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPIVAK, G. **“Quem reivindica a alteridade?”.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

TURNER, J. H. **Sociologia:** conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books, 2000.

Conheça outras obras do Núcleo de Estudos da Fronteira - NEISF e do Observatório de Inovação Social da Fronteira - OBISFRON. Todas podem ser acessadas digitalmente escaneando o Qrcode.





Gênero e Desigualdades

O presente e-book reúne 40 trabalhos apresentados durante a realização dos 07 Grupos Temáticos que integraram o evento. As pesquisadoras e os pesquisadores aqui reunidos apresentaram diferentes debates acerca das múltiplas desigualdades que afetam as populações vulnerabilizadas na nossa sociedade, partindo das áreas temáticas propostas pelas coordenadoras e pelos coordenadores dos Grupos Temáticos: corpo e saúde, estudos fronteiriços, gênero, mulheres, feminismos, psicologia, relações étnico-raciais e estudos decoloniais/pós-coloniais.

